

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 26/2023-PGJ, 27 DE JUNHO DE 2023.**

*Disciplina no âmbito dos órgãos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul a doação, a inutilização e outras formas de desfazimento ou reaproveitamento de bens móveis.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar todas as formas de desfazimento de bens, onerosas ou não, pertencentes ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e agilizar a disponibilização dos materiais passíveis de baixa na instituição,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A doação, a inutilização, o reaproveitamento ou o desfazimento dos bens móveis no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) são regulamentados por esta Resolução, sem prejuízo das disposições legais pertinentes.

Art. 2º São passíveis de baixa os materiais permanentes ou de consumo colocados em disponibilidade.

Art. 3º O material colocado em disponibilidade e considerado pela Comissão de Constatação de Disponibilidade de Material (CCDM) inservível para o uso do Ministério Público será classificado como:

I – em desuso: todo aquele estocado há mais de um ano sem qualquer solicitação de uso por parte de algum órgão do Ministério Público;

II – obsoleto: todo aquele que, embora esteja em condições de uso, não satisfaz mais as exigências técnicas do Ministério Público;

III – danificado: todo aquele que se encontra sem condições de uso e cujo valor para recuperação seja considerado impraticável e/ou antieconômico;

IV – inútil: todo resíduo de material sem qualquer valor comercial.

§ 1º Caberá à CCDM promover o exame dos bens ou materiais de consumo permanentes a serem destinados, elaborando relatório detalhado contendo todos os dados necessários, bem como as condições em que eles se encontram, além de opinar sobre a sua destinação.

§ 2º O material em desuso, obsoleto ou danificado deverá ser alienado por meio de leilão ou doado.

§ 3º Os materiais inúteis serão destruídos, dando-se destinação ao material conforme a legislação ambiental vigente.

Art. 4º Caberá ao Diretor da Secretaria de Administração (Sead) encaminhar ao Secretário-Geral a relação dos materiais em disponibilidade e sua classificação, contendo sua descrição completa, com os respectivos valores e registros patrimoniais.

§ 1º Caberá ao Secretário-Geral autorizar o início do processo administrativo que concluirá ou não pela destinação dos bens ou dos materiais de consumo permanente considerados disponíveis pelos órgãos do Ministério Público.

§ 2º Concluído o processo administrativo, contendo o relatório da CCDM, os autos serão remetidos ao Secretário-Geral do Ministério Público para decidir sobre a destinação dos bens ou materiais de consumo permanente.



Art. 5º A CCDM será formada por servidores do Quadro do Ministério Público, pelo período de 1 (um) ano, indicados pelo Secretário-Geral e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

## CAPÍTULO II DAS DOAÇÕES

Art. 6º A doação de bens inservíveis, nos termos do disposto no art. 76, II, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, dispensa procedimento licitatório e é permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social.

Art. 7º A baixa de material permanente que seja provocada por extravio, por uso inadequado ou fato ilícito, será precedida, se necessário, de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. A responsabilidade administrativa do responsável pelo bem poderá ser elidida com a reposição do material extraviado por outro da mesma marca e modelo ou similar, ou o depósito do valor correspondente na conta do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público Estadual (FEADMP).

Art. 8º A doação de material disponível será feita aos órgãos públicos estaduais, municipais ou federais, ou a entidade pública ou privada declarada de utilidade pública ou cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

Art. 9º Cabe à CCDM:

I - consultar os órgãos e as instituições sobre o interesse no material colocado em disponibilidade e passível de doação, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, formalize a solicitação;

II - analisar o cadastro das instituições filantrópicas ou órgãos públicos que solicitarem doações de materiais permanentes ou de consumo e, se houver necessidade, encaminhar a documentação de cadastro para análise à Assessoria Técnico-Jurídica;

III - priorizar o atendimento às instituições que já tenham apresentado a documentação hábil para formalizar a eventual doação de bens móveis.

Art. 10. No pedido de doação, dirigido ao Secretário-Geral, deverão constar:

I - o nome do órgão ou da instituição interessada;

II - a qualificação de seu representante;

III - o número do CNPJ;

IV - cópia da lei que declarou sua utilidade pública, se for o caso; e

V - demais informações requisitadas pela CCDM.

Art. 11. A entrega dos bens ou materiais ao donatário será feita diretamente pela CCDM, mediante assinatura de termo de doação, seguindo-se o registro no sistema do patrimônio, o registro contábil na Secretaria de Finanças (Sefin) e a baixa do aludido termo, com definição da forma/circunstância em que eventualmente serão empregados os bens.

Art. 12. O material deverá ser retirado imediatamente pelo donatário após a assinatura do termo de doação.

Parágrafo único. Antes da entrega do bem, o Departamento de Material e Patrimônio (DMP) deverá providenciar o registro da baixa no controle de patrimônio, bem como a retirada da plaqueta de identificação.

Art. 13. Após a retirada do material pelo donatário, a CCDM fará publicar no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) extrato contendo o nome do beneficiário e o lote de bens recebido em doação.

Art. 14. Consignam-se ao donatário as obrigações contidas na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos.

## CAPÍTULO III DA ALIENAÇÃO

Art. 15. A alienação dos bens ou materiais de consumo permanente que possuam valor comercial será realizada via leilão, presidido por servidor efetivo, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, ou por leiloeiro oficial.



## CAPÍTULO IV DA INUTILIZAÇÃO

Art. 16. Verificada a impossibilidade ou a inconveniência da alienação de material inservível, a autoridade competente determinará sua baixa e sua inutilização, após a retirada das partes economicamente aproveitáveis porventura existentes.

Parágrafo único. A inutilização consiste na destruição total ou parcial de material que ofereça ameaça vital para pessoas, risco de prejuízo ecológico ou inconvenientes de qualquer natureza.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário-Geral do Ministério Público.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 18/2014-PGJ, de 5 de agosto de 2014, e demais disposições em contrário.

Campo Grande (MS), 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

### **RESOLUÇÃO Nº 27/2023-PGJ, DE 27 DE JUNHO DE 2023.**

*Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, incisos I e V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira que foi conferida ao Ministério Público pelos §§ 2º e 3º do art. 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 78, inciso IV e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e aperfeiçoar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, os procedimentos fundamentados na Lei Federal nº 14.133/2021, para aquisições de bens e contratações de serviços e obras,

RESOLVE:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I  
Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Resolução regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços (SRP) para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).



## Seção II

### Definições

Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - sistema de registro de preços (SRP) - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras;

II - ata de registro de preços (ARP) - documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

III - órgão ou entidade gerenciadora - órgão ou entidade responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ARP dele decorrente;

IV - órgão ou entidade participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ARP;

V - órgão ou entidade não participante - órgão ou entidade da administração pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ARP;

VI - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) - ferramenta informatizada, integrante do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para cadastramento dos licitantes ou fornecedores de procedimentos de contratação pública;

VII - Gestão de Atas - ferramenta informatizada, integrante do Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para controle e gerenciamento dos quantitativos das ARPs e de seus saldos, e das solicitações de adesão e de remanejamento das quantidades;

VIII - SRP digital - ferramenta informatizada, integrante do Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para o registro formal de preços relativos a prestação de serviços, obras e aquisição e locação de bens para contratações futuras, em observância ao inciso I deste artigo; e

IX - compra centralizada - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou pelas entidades participantes.

## Seção III

### Adoção

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando o MPMS julgar pertinente, em especial nas ocasiões em que:

I - pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo órgão.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

## Seção IV

### Indicação limitada a unidades de contratação

Art. 4º É permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

I - quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão não tiver registro de demandas anteriores;

II - no caso de alimento perecível; ou



III - se o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Parágrafo único. Nas situações referidas nos incisos deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

#### Seção V

#### Sistema de registro de preços

Art. 5º O procedimento para registro de preços será realizado no SRP digital, observado o estabelecido em seu manual técnico operacional, a ser publicado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

### CAPÍTULO II

### GERENCIAMENTO DO SRP

#### Seção Única

#### Competências

Art. 6º Compete ao MPMS, como órgão gerenciador, praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços (IRP) e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes;

V - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso entenda pertinente;

VI - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

VII - remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 27;

VIII - gerenciar a ARP;

IX - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

X - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

XI - verificar, pelas informações a que se refere a alínea “a” do inciso I do art. 7º, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;

XII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;

XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as sanções decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e

XIV - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 28, nos termos do disposto no § 3º do referido artigo.

§ 1º Os procedimentos de que tratam os incisos I a V deste artigo serão efetivados anteriormente à elaboração do edital, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

§ 2º O MPMS poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os incisos IV e VI deste artigo.

§ 3º A Assessoria Técnico-Jurídica realizará o controle prévio de legalidade do processo licitatório do SRP e da adesão à ARP, na forma do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 4º O MPMS deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não



tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso III deste artigo.

### CAPÍTULO III ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE

#### Seção I Competências

Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

I - registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

a) das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;

b) da estimativa de consumo; e

c) do local de entrega;

II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo MPMS, acompanhada das informações listadas nas alíneas do inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

IV - manifestar, junto ao MPMS, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;

V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do MPMS, as atividades previstas nos incisos IV e VI do art. 6º;

VI - tomar conhecimento da ARP, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

VII - assegurar-se, quando do uso da ARP, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais sanções decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou de obrigações contratuais;

IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as sanções decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao MPMS e registrá-las no SICAF; e

X - prestar as informações solicitadas pelo MPMS quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

### CAPÍTULO IV PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PREÇOS

#### Seção I Intenção de registro de preços

##### Subseção Única Divulgação

Art. 8º Para fins de registro de preços, o MPMS deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da administração pública na ARP e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do art. 6º e nos incisos I, III e IV do art. 7º.

§ 1º O prazo previsto no *caput* será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de que trata o art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º O procedimento previsto no *caput* poderá ser dispensado quando o MPMS for o único contratante.

Art. 9º O MPMS, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, deverá consultar as IRPs em andamento e deliberará a respeito da conveniência de sua participação.





Parágrafo único. Constará nos autos do processo de contratação a manifestação e/ou deliberação de que trata o *caput*, bem como sobre o resultado da diligência de consulta.

## Seção II Licitação

### Subseção I Critério de julgamento

Art. 10. Será adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado.

Art. 11. Poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica.

Art. 12. Na hipótese prevista no art. 11:

I - o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será indicado no edital; e

II - a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o MPMS.

### Subseção II Modalidades

Art. 13. O processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade concorrência ou pregão.

### Subseção III Edital

Art. 14. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e disporá sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, incluída a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, com a possibilidade de ser dispensada nas hipóteses previstas no art. 4º;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

- a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
- c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; ou
- d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigar-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação;

VI - as condições para alteração ou atualização de preços registrados, conforme a realidade do mercado e observado o disposto nos arts. 24 a 26;

VII - a vedação à participação do MPMS em mais de uma ARP com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

VIII - as hipóteses de cancelamento do registro de fornecedor e de preços, de acordo com o disposto nos arts. 34 e 35;

IX - o prazo de vigência da ARP, que será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

X - as sanções a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ARP e em relação às obrigações contratuais;

XI - a estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos ou entidades não participantes, observados os limites previstos nos incisos I e II do art. 29, no caso de o MPMS admitir adesões;





XII - a inclusão na ARP, para a formação do cadastro de reserva, conforme o disposto no inciso II do *caput* do art. 17:

a) dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

XIII - a vedação à contratação, no âmbito do MPMS, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei Federal nº 14.133/2021; e

XIV - na hipótese de licitação que envolva o fornecimento de bens, o MPMS poderá, excepcionalmente, exigir amostra ou prova de conceito do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ARP, desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

§ 1º Para fins do disposto no inciso II do *caput*, consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.

§ 2º Para a comprovação do preço vantajoso disposto no inciso IX deste artigo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

I - realização de pesquisa de preço a ser realizada nos moldes da Resolução nº 44/2021-PGJ, de 24 de novembro de 2021, observando a necessidade de manter correlação com os descontos auferidos na fase de seleção do fornecedor;

II - manifestação e justificativa do gestor da ARP sobre a necessidade de se manter os itens registrados;

III - manifestação e justificativa dos gestores e fiscais de contratos decorrentes da ARP informando se os itens registrados continuam sendo os que melhor atendem ao interesse da administração.

### Seção III

#### Contratação direta

#### Subseção Única

#### Procedimentos

Art. 15. O SRP poderá ser utilizado nas hipóteses de contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, além do disposto nesta Resolução, serão observados:

I - os requisitos da instrução processual previstos no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021; e

II - os pressupostos para enquadramento da contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, conforme previsto nos arts. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### Seção IV

#### Disponibilidade orçamentária

Art. 16. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

## CAPÍTULO V

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### Seção I

#### Formalização e cadastro de reserva

Art. 17. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ARP:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do *caput* do art. 14;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) mantiverem sua proposta original;

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



§ 1º O registro a que se refere o inciso II do *caput* tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido inciso.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do *caput* e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, quando:

I - o licitante vencedor não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 34 e 35.

§ 4º O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ARP.

## Seção II

### Assinatura

Art. 18. Após os procedimentos previstos no art. 17, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II - a justificação apresentada seja aceita pelo MPMS.

§ 2º A ARP será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no SRP.

Art. 19. Na hipótese de o convocado não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidos no art. 18, observado o disposto no § 3º do art. 17, fica facultado ao MPMS convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Parágrafo único. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 17 aceitar a contratação nos termos do disposto no *caput* deste artigo, o MPMS, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I - convocar os licitantes de que trata a alínea “b” do inciso II do *caput* do art. 17 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Art. 20. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o MPMS a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## Seção III

### Vigência da ata de registro de preços

Art. 21. O prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

§ 1º A comprovação do preço vantajoso deverá atender ao disposto no § 2º do art. 14.

§ 2º O contrato decorrente da ARP terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 33.

## Seção IV

### Vedação a acréscimos de quantitativos

Art. 22. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ARP.

## Seção V

### Controle e gerenciamento



Art. 23. O controle e o gerenciamento das ARPs serão realizados por meio da ferramenta Gestão de Atas, quanto:

- I - aos quantitativos e os saldos;
- II - às solicitações de adesão; e
- III - ao remanejamento das quantidades.

Parágrafo único. O disposto no *caput* observará os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

#### Seção VI

##### Alteração ou atualização dos preços registrados

Art. 24. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

#### Seção VII

##### Negociação de preços registrados

Art. 25. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o MPMS convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

§ 1º Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de sanções administrativas.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o MPMS convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 26.

§ 3º Se não obtiver êxito nas negociações, o MPMS procederá ao cancelamento da ARP, nos termos do disposto no art. 35, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

Art. 26. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao MPMS a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

§ 2º Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo MPMS e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 34, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

§ 3º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no § 2º, o MPMS convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 17.

§ 4º Se não obtiver êxito nas negociações, o MPMS procederá ao cancelamento da ARP, nos termos do disposto no art. 35, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

§ 5º Na hipótese de comprovação do disposto no *caput* e no § 1º, o MPMS atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## CAPÍTULO VI

### REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



## Seção Única Procedimentos

Art. 27. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas ARPs poderão ser remanejadas pelo MPMS entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

§ 1º O remanejamento de que trata o *caput* somente será feito de órgão ou entidade participante para:

I - órgão ou entidade participante; ou

II - órgão ou entidade não participante.

§ 2º O MPMS será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o *caput*.

§ 3º Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 29.

§ 4º Para fins do disposto no *caput*, competirá ao MPMS autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

§ 5º Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de estados, do Distrito Federal ou de municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

§ 6º Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo MPMS, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto no § 2º, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

## CAPÍTULO VII

### UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

#### Seção I Regra geral

Art. 28. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da administração estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ARP na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021; e

III - consulta e aceitação prévias do MPMS e do fornecedor.

§ 1º A autorização do MPMS apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

§ 2º Após a autorização do MPMS, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 3º O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo MPMS, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ARP.

§ 4º O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ARP da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

#### Seção II Limites para as adesões

Art. 29. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ARP de que trata o art. 28:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP para o MPMS e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para o MPMS e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ARP.



### Seção III

#### Vedações

Art. 30. Fica vedado ao MPMS a adesão a ARP gerenciada por órgão ou entidade municipal.

## CAPÍTULO VIII

### CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

#### Seção I

##### Formalização

Art. 31. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo MPMS por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os instrumentos de que trata o *caput* serão assinados no prazo de validade da ARP.

#### Seção II

##### Alteração dos contratos

Art. 32. Os contratos decorrentes do SRP poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### Seção III

##### Vigência dos contratos

Art. 33. A vigência dos contratos decorrentes do SRP será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## CAPÍTULO IX

### CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

#### Seção I

##### Cancelamento da ata de registro de preços

Art. 34. A ARP será cancelada pelo MPMS, na totalidade dos itens registrados por determinado fornecedor, quando este:

I - descumprir as condições da ARP sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MPMS sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 26; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV deste artigo, caso a sanção aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, o MPMS poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

§ 2º O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no *caput* será formalizado por despacho do Procurador-Geral de Justiça ou de autoridade delegada, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 3º Na hipótese de cancelamento da ARP de fornecedor determinado, o MPMS poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

#### Seção II

##### Cancelamento dos preços registrados

Art. 35. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo MPMS, em determinada ARP, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 25 e no § 4º do art. 26.

## CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

### Seção I Orientações gerais

Art. 36. Os agentes públicos que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente, na forma prevista na legislação aplicável, por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações do SRP digital e os protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

### Seção II Regra de transição

Art. 37. Os processos licitatórios e as contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, serão por eles regidos, desde que aderentes à previsão do art. 191 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º Os contratos, ou instrumentos equivalentes, e as ARPs firmados em decorrência do disposto no *caput* serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação.

§ 2º As ARPs regidas pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, durante suas vigências, poderão ser utilizadas pelo MPMS, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, observados os limites previstos no referido decreto.

Art. 38. Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral de Justiça ou por autoridade delegada.

Art. 39. O Secretário-Geral do MPMS poderá expedir normas complementares para a execução desta Resolução, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais e documentos necessários.

### Seção III Vigência

Art. 40. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Grande/MS, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça



**RESOLUÇÃO Nº 28/2023-PGJ, DE 27 DE JUNHO DE 2023.**

*Altera a Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre as atribuições dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento e das funções de confiança do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no § 5º do art. 4º da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único da Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, na parte que dispõe sobre o cargo de Chefe de Departamento, funções de Chefe de Departamento de Apoio às Atividades de Execução – DAEX e Chefe de Departamento de Engenharia – DENG, símbolos MPDS-104, que passam a vigorar como cargos de Diretor de Secretaria, função Diretor da Secretaria de Desenvolvimento de Apoio às Atividades de Execução e Diretor da Secretaria de Obras e Engenharia, símbolos MPDS-103, com os respectivos detalhamentos das atribuições e requisitos para investidura conforme Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 28/2023-PGJ, DE 27 DE JUNHO DE 2023.**

<b><u>CARGO</u></b>	<b><u>FUNÇÃO</u></b>	<b><u>SÍMBOLO</u></b>
DIRETOR DE SECRETARIA	DIRETOR DA SECRETARIA DE OBRAS E ENGENHARIA	MPDS-103
<b>SUBORDINAÇÃO: SECRETARIA-GERAL</b>		
<b>DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES</b>		
<p><b>1.</b> Assistir a Secretaria-Geral nos assuntos de atribuição da Secretaria de Obras e Engenharia – SOE; <b>2.</b> Planejar, projetar, orçar e fiscalizar a reforma, ampliação e construção dos prédios do Ministério Público, assim como, proceder à análise destes quando os serviços forem terceirizados. <b>3.</b> Coordenar, analisar e fiscalizar os contratos de obras e serviços de engenharia e outros correlatos. <b>4.</b> Dimensionar e elaborar especificação técnica para aquisição de sistemas e projetos de Engenharia. <b>5.</b> Planejar e contribuir na implementação de melhorias aos prédios do Ministério Público, quanto as diretrizes de segurança institucional, acessibilidade, prevenção e combate ao incêndio e pânico. <b>6.</b> Sugerir ações para o uso racional de recursos naturais como água e energia nas unidades ministeriais. <b>7.</b> Projetar, orçar, gerir e executar obras, reformas, reparos, adequações e ampliação dos espaços arquitetônicos dos imóveis do Ministério Público ou por ele alugados. <b>8.</b> Coordenar e Supervisionar a Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio, promovendo as atividades necessárias de manutenção e conservação das edificações do Ministério Público, incluindo a gestão sobre as equipes terceirizadas e dos insumos necessários. <b>9.</b> Especificar os requisitos técnicos e elaborar termos de referência para a contratação de manutenções preventivas e corretivas. <b>10.</b> Especificar e quantificar materiais necessários as atividades de manutenção, bem como gerir o processo de aquisição, armazenamento e utilização destes. <b>11.</b> Dar suporte técnico nas contratações, acompanhar e fiscalizar os contratos de serviços de natureza ininterrupta e de manutenções de engenharia. <b>12.</b> Dar suporte nos processos das locações de imóveis do Ministério Público, realizando pareceres e atividades técnicas de engenharia. <b>13.</b> Elaborar layout e projetos afins necessários para adequações dos espaços físicos das dependências dos prédios do Ministério Público. <b>14.</b> Manter cadastro atualizado de todos os prédios do Ministério Público, incluindo projetos e licenças, inclusive de prédios alugados, assim como garantir e promover a regularização de todos os imóveis. <b>15.</b> Gerenciar o Almoxarifado de Engenharia. <b>16.</b> Promover, elaborar e implementar estratégias e diretrizes de engenharia, consonante aos processos estratégicos do Ministério Público, e indicar suas necessidades orçamentárias. <b>17.</b> Identificar as necessidades das instalações físicas das sedes do Ministério Público e recomendar à Secretaria-Geral as intervenções a serem realizadas, conforme as diretrizes do Ministério Público. <b>18.</b> Coordenar o processo de planejamento e distribuição de recursos de engenharia para os órgãos e as unidades do Ministério Público, além de indicar quando cabível a terceirização de atividades. <b>19.</b> Elaborar Programa de necessidades e efetuar vistoria em imóveis a serem locados pelo Ministério Público, assim como proceder a análise dos laudos de avaliação terceirizados e efetuar eventuais adequações necessárias no imóvel. <b>20.</b> Auxiliar nas instalações de equipamentos pertinentes as atribuições do quadro técnico da engenharia, dando suporte com informações técnicas, na infraestrutura necessária e na supervisão dos serviços com terceirizados, em reformas, ampliações, adequações e prédios novos. <b>21.</b> Assinar documentos correlatos às obras e serviços de Engenharia, ressalvadas as de competência de autoridades superiores. <b>22.</b> Gerenciar as atividades, solicitações e outras atividades correlatas. <b>23.</b> Gerenciar as atividades, solicitações e outras atividades correlatas dos servidores lotados na secretaria, controlando a frequência e realizando avaliação dos servidores sob sua subordinação.</p>		
<b>REQUISITOS PARA INVESTIDURA</b>		





Curso superior completo e experiência mínima de 5 (cinco) anos na área de atuação

<b>CARGO</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>SÍMBOLO</b>
DIRETOR DE SECRETARIA	DIRETOR DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO	MPDS-103
<b>SUBORDINAÇÃO:</b> COORDENADOR DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO (DAEX)		
<b>DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES</b>		
<p><b>1.</b> Assistir o Coordenador do DAEX nos assuntos de atribuição da Secretaria, prestando-lhe, quando necessário, os devidos esclarecimentos. <b>2.</b> Fomentar e difundir a cultura de proteção do conhecimento sensível no âmbito institucional. <b>3.</b> Salvaguardar dados e informações classificados como sigilosos, produzidos no âmbito do Ministério Público, bem como os recebidos de outros órgãos. <b>4.</b> Planejar, dirigir, orientar, supervisionar, avaliar e controlar a execução de projetos e atividades de análise e diligência demandadas ao DAEX. <b>5.</b> Estabelecer metas de trabalho de acordo com as atribuições de cada área técnica visando o alcance dos objetivos propostos e maior celeridade na execução dos processos. <b>6.</b> Endossar a avaliação de desempenho dos servidores de cada corpo técnico proposta pelas respectivas chefias responsáveis, submetendo-a ao Coordenador do DAEX. <b>7.</b> Controlar a frequência dos servidores da Secretaria sob o seu comando direto. <b>8.</b> Propor planos e programas de trabalho à coordenação visando aperfeiçoamento do serviço. <b>9.</b> Desenvolver junto à coordenação o juízo de admissibilidade e prioridade dos pedidos de análise e diligência remetidos ao DAEX. <b>10.</b> Planejar, supervisionar e controlar o andamento do sistema de solicitações de apoio técnico do Portal DAEX. <b>11.</b> Remeter à coordenação as solicitações de liberação ao eletrônico do DAEX. <b>12.</b> Dar andamento as solicitações dentro do sistema eletrônico do DAEX, do SAJ/MP ou outro que venha a substituí-lo. <b>13.</b> Propor à coordenação planejamento estratégico, com cronograma anual de atividades a serem desempenhadas pelo DAEX. <b>14.</b> Apresentar mensalmente relatório de prestação de contas referente ao andamento das atividades desempenhadas na Secretaria. <b>15.</b> Representar o Coordenador do DAEX nos casos de ausências e impedimentos eventuais quando designado. <b>16.</b> Solicitar o atendimento das necessidades de recursos materiais necessários às atividades da Secretaria. <b>17.</b> Gerir projetos e recursos de tecnologia da informação disponíveis no DAEX. <b>18.</b> Prospectar inovações tecnológicas que sejam estratégicas às atividades desenvolvidas pelo DAEX. <b>19.</b> Colaborar com a produção de relatórios técnicos, de acordo com sua habilitação profissional. <b>20.</b> Propor ao Coordenador do DAEX cursos para a capacitação dos servidores da Secretaria. <b>21.</b> Consolidar os dados encaminhados pelos setores integrantes do DAEX para elaboração da proposta anual de orçamento e de relatórios destinados a apresentar as atividades e outras realizações desenvolvidas. <b>22.</b> Realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador do DAEX.</p>		
<b>REQUISITOS PARA INVESTIDURA</b>		
Curso superior completo.		

#### PORTARIA Nº 3370/2023-PGJ, DE 23.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 19.6.2023, a Portaria nº 2086/2023-PGJ, de 27.4.2023, que designou a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 3331/2023-PGJ, DE 23.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 6.6.2023, a Portaria nº 1849/2023-PGJ, de 17.4.2023, que designou o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Coxim.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3395/2023-PGJ, DE 27.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Procuradora de Justiça e Coordenadora Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Educação, Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, e a Promotora de Justiça do Núcleo da Infância e da Juventude, Fabrícia Barbosa Lima, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, integrarem o Comitê Intersetorial de Trabalho do Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3401/2023-PGJ, DE 27.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar o processo objeto do Protocolo nº 02.2023.00076080-9.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2934/2023-PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 24.7 a 12.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00005993-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3378/2023-PGJ, DE 26.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Zona Eleitoral no dia 13.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3379/2023-PGJ, DE 26.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisora das Promotorias de Justiça Cíveis da comarca de Campo Grande a partir de 18.7.2023, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3380/2023-PGJ, DE 26.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo no período de 10 a 14.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2933/2023-PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00005989-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3381/2023-PGJ, DE 26.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 33ª Zona Eleitoral no período de 10 a 14.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3382/2023-PGJ, DE 26.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Itaquiraí no período de 10 a 14.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3373/2023-PGJ, DE 26.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande a partir de 1º.7.2023, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3374/2023-PGJ, DE 26.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande a partir de 27.7.2023, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2932/2023-PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 3.7 a 1º.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00005941-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3375/2023-PGJ, DE 26.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0026023-14.2016.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, no dia 23.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3363/2023-PGJ, DE 23.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3024/2023-PGJ, de 15.6.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de junho de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
26.6 (19h01min) a 3.7.2023 (11h59min)	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036

- Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
26.6 (19h01min) a 3.7.2023 (11h59min)	PJ de Bandeirantes	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3352/2023-PGJ, DE 23.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 3 (três) dias de compensação no período de 4 a 6.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 5 a 12.2 e 25.3 a 1º.4.2020, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2937/2023-PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 13.7 a 1º.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00006000-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3248/2023-PGJ, DE 22.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 5779/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão das Procuradorias de Justiça referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS (CEL.: 98478-2059)
4 (19h01min) a 11.9.2023 (11h59min)	Irma Vieira de Santana e Anzoategui
18 (19h01min) a 25.9.2023 (11h59min)	Olavo Monteiro Mascarenhas

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
18 (19h01min) a 25.9.2023 (11h59min)	Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS (CEL.: 98478-2059)
4 (19h01min) a 11.9.2023 (11h59min)	Olavo Monteiro Mascarenhas
18 (19h01min) a 25.9.2023 (11h59min)	Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
18 (19h01min) a 25.9.2023 (11h59min)	Irma Vieira de Santana e Anzoategui

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3324/2023-PGJ, DE 23.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3166/2023-PGJ, de 20.6.2023, de forma que, onde consta: “nos dias 14 e 15.7.2023”, passe a constar: “nos dias 14 e 15.6.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3264/2023-PGJ, DE 22.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Estabelecer a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas referente ao mês de junho de 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE (99312-5218)
31.5 (19h01min) a 7.6.2023 (11h59min)	7ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	98221-2345
7 (19h01min) a 14.6.2023 (11h59min)	7ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	98221-2345
14 (19h01min) a 21.6.2023 (11h59min)	8ª	Moisés Casarotto	99933-0622
21 (19h01min) a 28.6.2023 (11h59min)	5ª	Daniela Araujo Lima da Silva	98116-4569
28.6 (19h01min) a 5.7.2023 (11h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	98147-1152

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2903/2023-PGJ, DE 6.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares à Procuradora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 13 a 22.7.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005613-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3263/2023-PGJ, DE 22.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-511/2023-PGJ, de 15.5.2023, que concedeu a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, de forma que, onde consta: "Período - 3 a 12.7.2023", passe a constar: "Período – 17 a 26.7.2023".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2936/2023-PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 13.7 a 11.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005999-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 3204/2023-PGJ, DE 22.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 107, de 20.6.2023, da Prefeitura de Bonito, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas daquele município no dia 30.6.2023, em razão do feriado alusivo à Festa do Padroeiro do Município, São Pedro, comemorado em 29.6.2023;

CONSIDERANDO a Portaria nº 729/2023, de 6.6.2023, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que estabeleceu pontos facultativos nas comarcas de Mato Grosso do Sul e autorizou a suspensão do expediente forense na comarca de Bonito no dia 30.6.2023,

**R E S O L V E:**

Declarar ponto facultativo o dia 30.6.2023, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Bonito, excetuados os serviços que, por sua natureza, não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3202/2023-PGJ, DE 22.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 21.6.2023, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Samantha Emanuella Fagundes Bussada, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3203/2023-PGJ, DE 22.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 21.6.2023, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Isadora Abreu de Medeiros, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3372/2023-PGJ, DE 23.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 28.6.2023, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Alice de Souza Mendes Ferreira, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3299/2023-PGJ, DE 23.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como coordenadores do acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, conforme segue: 1) Coordenador – José Guilherme de Oliveira, Chefe do Setor de Produção Multimídia; 1.1) Suplente – Cynthia Maria Souza da Silveira, Assessora de Procurador-Geral (PGA nº 09.2023.00002433-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3364/2023-PGJ, DE 23.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 41/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00002408-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3365/2023-PGJ, DE 23.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002830, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006525-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3384/2023-PGJ, DE 27.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Notas de Empenho nºs 2023NE002837 e 2023NE002838, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006413-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3385/2023-PGJ, DE 27.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes integrantes do Quadro do Ministério Público Estadual para atuarem na gestão do acordo de cooperação técnica decorrente do PGA nº 09.2022.0012352-8, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor Técnico – Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira, Chefe da Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos; 1.1) Suplente – Thiago Russo Nantes, Técnico I; 2) Gestor Negocial – Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Promotor de Justiça e Supervisor de Planejamento e Gestão Estratégica; 2.1) Suplente – Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-665/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Magno Oliveira João, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	20	24.7 a 12.8.2023	GOZO	SIM
2022/2023	10	14 a 23.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2520/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 3 a 22.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005287-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-667/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2606/2023-PGJ, DE 29.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 14.8 a 2.9.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005041-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-668/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo Henrique Camargo Iunes, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	7 a 16.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2927/2023-PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 14.7 a 2.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00005935-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-671/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2900/2023-PGJ, DE 6.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações, conforme segue (PGA nº 09.2023.00005608-1).

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto	2022/2023	Regulamentares	10	13 a 24.7.2023
	2017/2018	Remanescentes	2	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-708/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3361/2023-PGJ, DE 23.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Selma Gonçalves, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Escola Superior do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande no período de 5 a 16.6.2023, em razão de afastamento da servidora Letícia Sousa Gonçalves, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3367/2023-PGJ, DE 23.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Weskley Moreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 10 a 19.7.2023, em razão de afastamento do servidor Renan da Silva Ovando, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3386/2023-PGJ, DE 27.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Carolina Pontes Andreussi, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC-1 no período de 10 a 21.7.2023, em razão de afastamento do servidor Fabiano Alves Davy.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 3387/2023-PGJ, DE 27.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 66ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 3 a 14.7.2023, em razão de afastamento do servidor Leonardo de Almeida Campos, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 3388/2023-PGJ, DE 27.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Luciana Serraglio Baruffi, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, nos dias 22 e 23.6.2023, em razão de afastamento do servidor Marcos Andraos Mokayad Ferro, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO N° 49/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para remoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância:

**Inscritos:** Promotores de Justiça André Luiz de Godoy Marques, Mayara Santos de Sousa e Murilo Hamati Gonçalves.

Campo Grande, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**AVISO Nº 50/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, informa que não houve inscritos para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi, segunda entrância.

Campo Grande, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 51/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, informa que não houve inscritos para remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara, segunda entrância.

Campo Grande, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 52/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, informa que não houve inscritos para remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas, segunda entrância.

Campo Grande, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 53/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna público o nome da Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa única inscrita para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância.

Campo Grande, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 54/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para remoção, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, segunda entrância:

**Inscritos:** Promotores de Justiça André Luiz de Godoy Marques, Thiago Barile Galvão de França e Murilo Hamati Gonçalves.

Campo Grande, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 55/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, informa que não houve inscritos para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, segunda entrância.

Campo Grande, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 56/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para remoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, segunda entrância:

**Inscritos:** Promotores de Justiça André Luiz de Godoy Marques e Jean Carlos Piloneto.

Campo Grande, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 57/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai, segunda entrância:

**Inscritos:** Promotores de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira e André Luiz de Godoy Marques.

Campo Grande, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PAUTA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 3 DE JULHO DE 2023, ÀS 13 HORAS E 30 MINUTOS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.**

**6. Expedientes:**

**6.1. Expedientes encaminhados para ciência:**

**1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0366/2023/CGMP/MS, de 26.5.2023.** O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 01/CGMP/2023, publicado no DOMP nº 2849, de 06/03/2023, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Terenos, Sidrolândia, Campo Grande (cíveis), Nova Andradina, Bataguassu, Batayporã e Anaurilândia, para conhecimento. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00069463-5*)
- **Ofício nº 0328/2023/CGMP/MS, de 8.5.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00056592-1*).
- **Ofício nº 0331/2023/CGMP/MS, de 8.5.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00056613-1*).
- **Ofício nº 0442/2023/CGMP/MS, de 7.6.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00070191-0*).

**2. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis:**

- **Ofício nº 06/2023/CPJ-Cíveis, de 26.5.2023.** O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Cíveis Olavo Monteiro Mascarenhas, em cumprimento ao disposto no §1º, do art. 8º, da Resolução nº 002/2012 – CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 01/2023, da reunião ordinária da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, realizada em 19 de abril de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00064628-7*)

**3. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos Cíveis:**

- **Ofício nº 05/2023/CRE-Cíveis, de 26.5.2023.** A Procuradora de Justiça e Coordenadora das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos Cíveis Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, em cumprimento ao disposto no §1º, do art. 8º, da Resolução nº 002/2012 – CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 01/2023, da reunião ordinária da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos Cíveis, realizada em 19 de abril de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00065917-1*)

**4. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:**

- **Ofício nº 09/2023/CPJCrim, de 16.5.2023.** O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais Gerardo Eriberto de Moraes, em cumprimento ao disposto no §1º, do art. 8º, da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 002/2023, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, realizada em 12 de abril de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00059868-9*)

**6.2. Expedientes encaminhados para apreciação:**

**1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0340/2023/CGMP/MS**, de 15.5.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00059341-7*)
- **Ofício nº 0342/2023/CGMP/MS**, de 15.5.2023.. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00059333-9*)

**2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca da Dourados:**

- **Ofício nº 0295/2023/16PJ/DOS**, de 24.5.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00063815-4*)

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

- **Ofício n. 0159/2023/02PJ/PNB**. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00074379-8*).

**4. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- **Ofício n. 0217/2023/03PJ/SDN**, de 01.06.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00067744-7*)

**7. Ordem do dia:****7.1. Matérias Administrativas:****7.1.1. Expedientes:**

**1. Aprovar *ad referendum* a Portaria nº 571/2023–PGJ, de 7.2.2023**, que tornou pública a Lista de Antiguidade dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, atualizada até 31 de dezembro de 2022, publicada no DOMP-MS nº 2.835, de 9 de fevereiro de 2023, e tornar sem efeito a Portaria nº 337/2023-PGJ, de 25.1.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00064415-6*)

**2. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- **Ofício nº 0171/2023/07PJ/TLS, de 19.04.2023**. O Promotor de Justiça Etéocles Brito Mendonça Dias Júnior encaminha, para conhecimento do Conselho Superior e providências cabíveis (notadamente revogação dos atos de autorização para a realização sem prejuízo das funções), a **Certidão de Conclusão do Curso de Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP**, e informa que submeteu à arguição pública da Tese intitulada “**A Função Social dos Contratos (Arts. 421 e 2.035 do Código Civil) na Atuação Complementar da Iniciativa Privada Perante o Sistema Único de Saúde**”, e foi aprovado em 30/03/2023. (PGA nº 09.2019.0000951-0)

**Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**7.1.2. Aprovação de Acordos de Não Persecução Cível firmados em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase extrajudicial, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:****1. Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003857-2**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ricardo de Mattos Sacco

Assunto: Acompanhar a aprovação, homologação judicial e cumprimento do

acordo de não persecução cível firmado com Ricardo de Mattos Sacco, em virtude dos fatos objeto do Inquérito Civil 06.2018.00001986-0.

**Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**Retirado de pauta na 10ª sessão virtual do Conselho Superior do MP, iniciada em 22.5.2023, em razão do pedido de vista da Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001039-4 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

**Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminham.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000028-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adalberto Luiz Reichert, Oficial Titular do Registro de Imóveis de Itaporã

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo Tabela de Itaporã, vinculada na possível abstenção/renitência quanto ao cumprimento de ordem judicial.

**Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

**7.1.3. Remoções:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006652-4**

Expediente: Aviso nº 39/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda



entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça André Luiz de Godoy Marques, Mayara Santos de Sousa e Murilo Hamati Gonçalves.  
**Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006698-0**

Expediente: Aviso nº 43/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância.

**Inscrita:** Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa.

**3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006700-1**

Expediente: Aviso nº 44/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça André Luiz de Godoy Marques, Thiago Barile Galvão de França e Murilo Hamati Gonçalves.

**Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

**4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006688-0**

Expediente: Aviso nº 46/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça André Luiz de Godoy Marques e Jean Carlos Piloneto.

**Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006690-2**

Expediente: Aviso nº 47/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira e André Luiz de Godoy Marques.

**6. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006901-0**

Aviso nº 48/2023/CSMP, 26.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.922, em 27/6/2023.

Assunto: Pedido de remoção por permuta formulado pelo Promotor de Justiça Clóvis Amauri Smaniotto, titular da 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, e pelo Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa, titular da 39ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

**7.2. Julgamento de Processo:**

**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00007037-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Recorrente: Advogado - Dr. Thiago Angelo Santo Pietro

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar "denúncia" apresentada pelo advogado da Câmara Municipal de Angélica, Dr. Thiago Ângelo Santo Pietro, sobre eventual irregularidade/ilegalidade na forma de provimento para os cargos de Procurador-Geral da Câmara Municipal e Diretor-Geral da Câmara de Angélica/MS.

**Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**Retirado de pauta na 8ª sessão virtual, a pedido do Conselheiro Relator, para inclusão em pauta presencial.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000251 DE 22.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006573-6**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Argos Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 53/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 7.997,80 (sete mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000251, de 22.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002835 DE 22.06.2023 DO PROCESSO 09.2023.00006410-4**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: J. J. Vitalli.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 12/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.592,50 (um mil quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002835, de 22.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE002836 DE 22.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006230-6**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Maxirafia Indústria Importação Exportação de Embalagens Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 42/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 08/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.994,50 (um mil novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002836, de 22.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002839 DE 22.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006412-6**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Paulo Eletro Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 15/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002839, de 22.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.



**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002840 DE 22.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006324-9**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Credor: S.A. de Jesus Comércio de Materiais de Construção.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 19/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 22.224,50 (vinte e dois mil duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002840, de 22.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002841 DE 22.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006457-0**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: LC Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 17.185,00 (dezesete mil cento e oitenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002841, de 22.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002850 DE 22.06.2023 DO PROCESSO 09.2023.00006454-8**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Front Comercial Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 11/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 16.292,00 (dezesesseis mil duzentos e noventa e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002850, de 22.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002912 DE 26.06.2023 DO PROCESSO 09.2023.00003415-4**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Flexform Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 39/2022 decorrente do Pregão Eletrônico nº 14/2022 (Processo nº 2019/12652) do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Objeto: Aquisição de fornecimento e instalação de mobiliários e acessórios corporativos para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 303.423,33 (trezentos e três mil quatrocentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002912, datada de 26.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****APARECIDA DO TABOADO****EDITAL Nº 010/2023/02PJ/ATD**

O Ministério Público da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº. 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006637-9

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Requerido: Município de Aparecida do Taboado/MS.

Objeto: *fiscalização e acompanhamento da efetiva implementação dos serviços afetos à Rede de Atenção Psicossocial pactuados pelo Município de Aparecida do Taboado no Plano Regional de Saúde Psicossocial.*

Aparecida do Taboado/MS, 26 de junho de 2023.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 011/2023/02PJ/ATD**

O Ministério Público da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº. 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006628-0

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Requerido: José Gasques Gasques.

Objeto: *fiscalização e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo do Inquérito Civil nº. 06.2020.00001228-1.*

Aparecida do Taboado/MS, 26 de junho de 2023.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 012/2023/02PJ/ATD**

O Ministério Público da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº. 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006627-9

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Requerido: Velho Chico Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Objeto: *fiscalização e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo do Inquérito Civil nº. 06.2020.00001182-7.*

Aparecida do Taboado/MS, 26 de junho de 2023.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.